

1 Introdução

O conflito deflagrado em Ruanda teve seu estopim em 6 de Abril de 1994, quando o presidente de Ruanda, Juvénal Habyarimana, que governava o país desde o golpe de 1973, e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira – que haviam assinado os Acordos de paz de Arusha – foram mortos na explosão do avião que os transportava. Logo após o desastre, os eventos foram classificados como tentativa de assassinato pela imprensa internacional e, principalmente, pelas partes em conflito, funcionando como catalisador para o genocídio. No entanto, ainda hoje há dúvidas quanto à autoria e às reais causas do atentado. Assim, os atores enfatizam e polarizam os acontecimentos, moldando-os a seus propósitos (Malkki, 1995, p. 262).

A presente dissertação tem como ponto de partida a escrutinização do trinômio identidade-gênero-violência na construção do conflito ruandês. É nosso intuito desvelar o processo de construção da identidade – que não está subsumido na agência do Estado¹ e está imbricado na construção social de gênero – por meio da análise das práticas de exclusão da diferença, tendo como foco principal o uso da violência sexual² na tentativa de criação de uma comunidade homogênea.

Nesse âmbito, importa discutir os processos constitutivos e geradores de uma economia discursiva, atrelada à produção de identidades sociais, que legitimaram uma forma particular de uso da violência contra civis em Ruanda, pelos diversos

¹ O conflito não se restringe ao Estado territorial ruandês, mas está envolto em uma ampla rede de relações de poder que desconsidera fronteiras territoriais.

² A violência sexual engloba diversos tipos de violações, dentre elas o estupro, mutilação sexual, humilhação sexual, prostituição ou escravidão sexual e gravidez forçada (United Nations Department of Economic and Social Affairs/Division for the Advancement of Women. *Women2000: Sexual Violence and Armed Conflict: United Nations Response*, DESA/DAW, 1998, p. 3). Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/public/cover.pdf>>. Acesso em 12 ago 2010. O escopo desta dissertação considera todos estes tipos de violência, mas o foco será o estupro devido à perpetração de forma sistemática e em larga escala, incitada pelo Estado ruandês. Assim, apesar de outros tipos de violência também estarem inseridas no que denominamos política do corpo, o estupro era parte do projeto de erradicação do grupo-alvo como um todo, patrocinado pelo Estado ruandês. Esta discussão será retomada na parte de delimitação do objeto.

atores beligerantes, especificamente orientada por uma dinâmica baseada nas relações de gênero. Com isso, é possível articular a violência sexual como uma prática política, informada por uma construção social calcada no gênero, na qual o aparelho estatal utiliza o corpo físico dos indivíduos, dando forma à política do corpo³. Considera-se que este termo se refere às práticas e políticas que exercem controle social e manifestam as relações de poder sobre o corpo dos indivíduos. Nas palavras de Foucault (1988),

“(...) esse poder sobre a vida desenvolveu-se (...) em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos (...) centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anatomo-política do corpo humano*. O segundo (...) centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *contrôles reguladores: uma bio-política da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1988, p. 131, ênfases no original).

Nesse sentido, uma noção menos tangível e mais ubíqua de política permite destacar que ela está contida e se manifesta por meio das relações que envolvem o corpo físico do indivíduo. O engajamento com a política do corpo ganha foco quando se busca demonstrar os efeitos opressivos das relações de poder nos corpos dos indivíduos, marcados como inferiores, disfuncionais, negando a estes o direito de controle sobre seus próprios corpos. Neste âmbito, ressaltamos que o poder exercido pelo Estado não se restringe apenas ao poder possuído, baseado em cálculos materiais, como ressaltado pelas correntes tradicionais de RI; enfatizamos aqui sua dimensão disciplinar. Corroboramos do argumento de Edkins e Pin-Fat (2004) e

³ A escolha interpretativa proposta nesta dissertação já enuncia um entendimento particular do significado da violência sexual e sua função diante do caso em análise, portanto, os argumentos aqui expostos representam escolhas políticas conscientes que buscam dar corpo à discussão do tema em questão, nesse sentido, não são, de forma alguma, inocentes, mas expressam uma visão particular de comprometimento com a argumentação que se pretende desenvolver. Além disso, é importante ressaltar que o termo *body-politics*, amplamente utilizado na literatura de gênero, está atrelado ao pensamento do filósofo francês Michel Foucault, que utilizava os termos *bio-power* e *anatomo-politics* para se referir ao poder governamental e institucional e sua influência na vida dos indivíduos.

entendemos que “power can more usefully be seen as dispersed, not centralized, as produced in social interactions, not possessed, and as productive of subjects, not merely controlling them” (p. 2).

Cumpramos salientar que a utilização da violência sexual em conflitos armados não é uma prática recente. Ao contrário, sua ocorrência pode ser observada em diversos conflitos como, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial pelos soldados russos como forma de revanche; a utilização das “mulheres de conforto” pelos soldados japoneses; ou durante o governo militar na Guatemala (Seifert, 1994; Enloe, 2000; Nelson, 1999). Contudo, na contemporaneidade, esta tem sido utilizada de maneira intencional, em larga escala e sistematicamente com a finalidade de destruir uma comunidade ou grupo étnico (United Nations, S/RES/1820, 2008⁴). Observa-se então a utilização da violência sexual como parte de um projeto político com a finalidade de destruir o grupo-alvo em questão.

Para melhor compreendermos nosso objeto de estudo, destacamos algumas considerações relevantes e limitações da proposta aqui avançada: 1) o estupro não possui uma função comum para todos os contextos espaciais e temporais, mas está claramente atrelado ao panorama histórico-cultural e deve considerar a especificidade de cada caso em análise, portanto, centramo-nos na utilização da violência sexual contra mulheres do grupo Tutsi no genocídio ruandês de 94; 2) não pretendemos, com essa pesquisa, estabelecer as causas da violência sexual de forma geral a fim de evitar sua recorrência nos próximos conflitos. Apesar do nosso apreço por tais iniciativas, nosso comprometimento é com a confirmação da hipótese levantada nesta pesquisa; 3) nossas considerações não pretendem, em nenhuma medida, esgotar as análises sobre o tema. Elas estão restritas a alguns aspectos relevantes e refletem o comprometimento com a pesquisa em demonstrar a relação do corpo político com a política do corpo, pautando-se na utilização da violência sexual como parte fundamental do processo de desumanização do grupo-alvo.

⁴ Resolução 1820 do Conselho de Segurança da ONU. *Women and Peace and Security, RES/1820, 2008.* Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/391/44/PDF/N0839144.pdf?OpenElement>> Acesso em: 12 ago 2010.

O processo de construção da identidade, central à dinâmica do conflito em Ruanda, está relacionado à criação e à cristalização de discursos que naturalizaram determinados aspectos da realidade, permitindo a exclusão da diferença em diversos momentos. A constante reificação destes discursos dá corpo às mítico-narrativas, que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas pelo imaginário local, polarizando as identidades e culminando em um processo violento de exclusão do Outro. Simbolismos e mitos foram resgatados na época do genocídio como meio de justificar e/ou legitimar a exclusão dos Tutsis, dentre eles a retomada do hamitismo e a crença de que os Tutsis não seriam nativos de Ruanda, mas descendentes dos povos do Nilo e, portanto, deveriam retornar ao seu local de origem. Durante o genocídio de 94, milhares de corpos foram encontrados às margens do lago Vitória, comprometendo a saúde da população de toda a região. Desse modo, esperamos demonstrar a importância da economia discursiva e o potencial motor das mítico-narrativas em moldar a realidade social.

Assim, buscaremos uma discussão acerca da relação entre a construção de determinadas categorias identitárias, constituídas significativamente por dinâmicas performáticas calcadas na dimensão de gênero, a criação de uma comunidade política homogênea e a perpetuação da violência inscrita no corpo dos indivíduos. Destaca-se o termo *performance*, uma vez que o argumento a ser desenvolvido nesta dissertação parte da concepção de que não há um significado fixo de identidade, é algo instável, sempre mutável. Portanto, o termo *performance* indica que o significado reside na linguagem, no conjunto de relações entre os significantes e é amplamente dependente do contexto, conseqüentemente a relação identidade/diferença não contém nenhuma fundação prévia, ela é constituída no tempo por meio de repetições, produzindo um efeito de fronteira e apagando a distinção discursivo/extradiscursivo (Campbell, 1992, p. 8-11). Mais do que isso, a performatividade engendra o linguístico e o teatral; é uma combinação de *performance* lingüística e corpórea (Butler, 2006[1990]; 1997b). Assim, as posições sociais se dão a partir de atos performáticos em que corpo e linguagem; experiência e representação; teoria e práxis se constituem mutuamente. Cabe então uma ressalva: apesar de mencionarmos os termos *Tutsi* e *Hutu* é importante reconhecer que estes não são grupos de identidade opostas ou fechadas,

mas em constante contingência, não possuindo, portanto, características fixas, fundacionais ou naturais.

É nosso objetivo analisar de que forma se deu o uso da violência e controle estatal sobre o corpo, a partir de uma ótica genderizada, no contexto do genocídio ruandês de 1994. Mais especificamente, pretendemos avaliar de que maneira a produção da diferença – em particular, a diferença de gênero – atua constitutivamente no imaginário local, permitindo a adoção da violência sexual fomentada pelo Estado ruandês.

Vale ressaltar que este trabalho não vai abordar o genocídio ruandês em si mesmo, mas uma dimensão desta prática, destacando uma forma mais específica de violência, a saber, a violência sexual utilizada de forma sistemática com o intuito de humilhar, denegrir, destruir, física e/ou psicologicamente, a vítima. Buscaremos identificar os tipos de violência cometidos contra as mulheres no contexto de um conflito armado, no qual o aparato estatal é utilizado para mapear o grupo-alvo e eliminá-lo. Portanto, esperamos demonstrar que esta eliminação se baseia em práticas predatórias calcadas em construções sociais que têm como alvo principal o corpo destes indivíduos, dando forma à política do corpo.

É notório que a violência contra o gênero e a violência sexual também são utilizadas contra homens e meninos. Contudo, o escopo desta dissertação se destina à análise do caso das violências sexuais cometidas contra mulheres e meninas ruandesas, em particular, do grupo Tutsi. Esta escolha leva em consideração o fato de que esta prática ocorreu de forma sistemática, em larga escala e foi parte do plano político do governo ruandês de eliminação do grupo Tutsi (HRW, 1996; Des Forges, 1999). Por esse motivo, a violência sexual contra meninos e homens não será objeto de escrutínio desta pesquisa. Ainda neste âmbito, reconhecemos que a violência contra o gênero não é equivalente à violência sexual contra mulheres e meninas e que as construções de gênero afetam também os homens (Carpenter, 2006; Jones, 2004). Embora centrais ao debate contemporâneo sobre a relação entre gênero e política, estas análises não farão parte da argumentação aqui desenvolvida face o escopo restrito que se optou privilegiar.

No caso específico de Ruanda, tentaremos demonstrar que as mulheres do grupo Tutsi foram ameaçadas não por serem indivíduos ruandeses ou mulheres, mas por estarem inseridas na categoria “mulher Tutsi”. Essa categoria combina a construção social de gênero – informando pressupostos e expectativas atreladas à feminilidade⁵ – com uma suposta identidade étnica Tutsi. Portanto, dadas essas condições, ser uma mulher Tutsi é bem diferente de ser um homem Tutsi ou uma mulher Hutu, demonstrando a importância de considerar a produção dessa categoria social específica.

1.1

Delimitação do objeto

Para que seja possível a análise de nosso objeto, é necessário examinar o contexto que o permeia. No entanto, como já foi ressaltado, não temos a intenção de optar por uma versão do conflito, visto que, como destaca Malkki (1995, p.21), a idéia de uma história do conflito a ser narrada com atores categoricamente fixos e considerados como coletividades separadas é, em si, problemática. Por esse motivo, nos distanciamos das narrativas lineares existentes sobre o genocídio ruandês, que buscam contar “a” história de Ruanda a partir dos acontecimentos que desencadearam o genocídio de 94. Nossa intenção é indicar, preliminarmente, algumas chaves das narrativas, buscando compreender a constituição do discurso nas mítico-narrativas que legitimam e autorizam práticas predatórias contra os indivíduos do grupo Tutsi.

Na maioria das narrativas sobre a constituição da população ruandesa, destaca-se a presença de três grupos principais: os Hutus, que representavam a maioria da população ruandesa, os Tutsis, que constituíam, aproximadamente, 15 % da população e os Twas, que compunham apenas 1 % da população do país (Malkki, 1995, p.21; Des Forges, 1999, p. 35; Lemarchand, 1970, p. 19; Gourevitch, 2006, p. 45). Estas enfatizam que a diferenciação entre Tutsis e Hutus se dava pela atividade

⁵ Consideramos aqui a idéia associada às expectativas culturais e sociais que dão corpo às características construídas como femininas. Mais adiante, no marco teórico, desenvolveremos como se dão estas construções baseadas no gênero.

econômica que praticavam – enquanto os Tutsis atuavam na pecuária, os Hutus se dedicavam às atividades agrícolas (Hitjens, 2001, p. 31; Newbury, 1988; Taylor, 1999, p. 66) – visto que falavam a mesma língua, possuíam a mesma religião. Destaca-se ainda a ocorrência de casamentos entre os grupos, o que dificulta ainda mais a separação clara (Malkki, 1995, p. 82).

Algumas narrativas localizam o início da política de diferenciação entre os grupos no período pré-colonial (Gourevitch, 2006), outras ressaltam outros períodos. No entanto, a maioria das narrativas ressalta que durante a colonização belga essa política de diferenciação foi aprofundada. Assim, os belgas concederam ao grupo Tutsi o status de elite, baseados nos aspectos físicos – como tamanho do crânio – atrelados a uma suposta superioridade. Com isso, acabou-se por construir e perpetuar uma diferenciação e, até mesmo, oposição entre os grupos, modificando a relação que estabeleciam entre si (Barnett; Finnemore, 2004, p. 136). No capítulo três, demonstraremos por meio da análise de diferentes mítico-narrativas, como o referencial simbólico e a constituição discursiva produzem efeitos de fixação e cristalização, ao serem constantemente reificados no tempo, atingindo status de “verdade”.

Com a independência em 1962, os Hutus passam a governar o país, adotando políticas hostis contra os Tutsis. Isso faz com que muitos indivíduos deste grupo se refugiem em Uganda, onde será formada uma milícia, a FPR (Frente Patriótica Ruandesa) para tentar depor o governo Hutu. Assim, em outubro de 1990, a FPR invadiu Ruanda a partir de Uganda, com o intuito de depor o governo Hutu, acabar com a tirania e cessar o êxodo de refugiados.

Apenas em 4 de Agosto de 1993, os acordos de Arusha foram assinados, dando oficialmente fim à guerra e estabelecendo um governo compartilhado entre as duas etnias, sob a supervisão das forças de paz da ONU (Gourevitch, 2006, p. 97). No entanto, o clima era de tensão e tumulto e, com a derrubada do avião em que estavam os presidentes de Ruanda e Burundi, o genocídio se deflagrou em um ritmo avassalador.

É nesse contexto que ocorre a mobilização das identidades, atreladas à seleção de discursos que reavivam mitos e lembranças históricas, de forma a construir uma

mítico-narrativa que propicia e legitima o uso de diferentes tipos de violência, como a violência sexual, visando à formação de uma comunidade homogênea.

Segundo as estimativas da ONU, acredita-se que entre 250.000 a 500.000 mulheres tenham sido vítimas de violência sexual durante o genocídio ruandês⁶. As conseqüências de tais violações são diversas: aproximadamente, 800.000 mortos, uma enorme massa de refugiados, crianças abandonadas, fruto das violações sexuais; aumento do número de pessoas contaminadas pelo vírus da AIDS; além dos traumas individuais e do esfacelamento da sociedade ruandesa⁷.

É importante ressaltar ainda que este conflito se insere em um contexto de guerra intra-estatal, colocando em xeque a constante associação do Estado à garantia de segurança aos seus cidadãos. Nesse sentido, é mister destacar que as violências cometidas contra as mulheres vêm sendo utilizadas, freqüentemente, como arma de guerra por meio de violações sistemáticas, muitas vezes praticadas com o consentimento e/ou exigência do próprio governo, como no caso em questão.

A presente pesquisa tem, portanto, como objeto de estudo as violências sexuais cometidas contra as mulheres como parte de uma política deliberada de erradicação de um grupo-alvo constituído como inimigo e com o apoio do aparato estatal ruandês. Para tanto, adotaremos a seguinte definição de violência sexual: “*any violence, physical or psychological, carried out through sexual means or by targeting sexuality*” (United Nations, E/CN.4/Sub.2/1998/13, 1998)⁸. Buscaremos elucidar como as práticas de violência sexual são utilizadas para moldar a realidade social e a interação entre os grupos com foco especial sobre o uso do estupro enquanto estratégia de guerra. Esta opção se deve ao fato do estupro ser parte constitutiva da

⁶ United Nations. *Report on the Situation of Human Rights in Rwanda*, E/CN.4/1996/68, ¶ 16. Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/aee2ff8ad005e2f6802566f30040a95a?Opendocument>>. Acesso em: 29 ago 2011.

⁷ United Nations. *Report on the Situation of Human Rights in Rwanda*, E/CN.4/1996/68, ¶ 20, 21, 22, 23. Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/aee2ff8ad005e2f6802566f30040a95a?Opendocument>>. Acesso em: 29 ago 2011.

⁸ United Nations. *Contemporary Forms of Slavery: Systematic Rape, Sexual Slavery and Slavery-like Practices during Armed Conflict*, Final Report submitted by Ms. Gay J. McDougall, Special Rapporteur, E/CN.4/Sub.2/1998/13, 1998, ¶ 21. Disponível em <<http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/3d25270b5fa3ea998025665f0032f220?Opendocument>> Acesso em: 12 ago 2010.

política estatal e ser utilizado de forma sistemática e em larga escala com o intuito de erradicar a comunidade Tutsi. Consideraremos também os outros tipos de violência sexual já mencionadas, mas julgamos que o estupro foi o principal e mais completo tipo de violação sexual. Isso se deve ao fato de que o estupro se configurou como artifício fundamental no processo de “desumanização” da comunidade Tutsi como um todo, uma vez que atrela a capacidade de procriação das mulheres à atribuição e perpetuação da identidade do grupo Tutsi. Cabe ressaltar ainda o uso intencional de perpetradores portadores do vírus HIV com o objetivo de infectar as vítimas, prolongando o sofrimento por meio da disseminação do vírus e, posteriormente a morte das vítimas (Jones, 2004, p. 120;126).

Em geral, o estupro é definido como uma *prática não consensual de conjunção carnal, imposta por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza, ou ainda imposta contra pessoas incapazes de consentir com o sexo*. No entanto, é importante notar que, no julgamento de Jean-Paul Akayesu, em 1998, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) utilizou uma definição de estupro que não faz uso da palavra consenso. Conforme destacado,

“The Chamber defines rape as a physical invasion of a sexual nature, committed on a person under circumstances which are coercive. Sexual violence which includes rape, is considered to be any act of a sexual nature which is committed on a person under circumstances which are coercive” (ICTR-96-4, Akayesu judgement, 1998, ¶ 598⁹).

Note-se que a ausência do consentimento da vítima não é um elemento a ser provado, ou mesmo considerado, em circunstâncias coercitivas; e que a violência sexual pode abranger atos de natureza sexual que não envolvam a penetração dos órgãos sexuais ou mesmo o contato físico, como forçar alguém a despir-se ou fazer exercício nu (Chenault, 2008, p. 5). Outro passo importante do TPIR durante o julgamento de Akayesu foi o alargamento do conceito e o enquadramento do estupro enquanto crime de genocídio, que será analisado no capítulo quatro da dissertação. Conforme destaca o relatório abaixo submetido à Assembléia Geral da ONU em 1999,

⁹ Disponível em: <<http://www.unictr.org/Portals/0/Case/English/Akayesu/judgement/akay001.pdf>>. Acesso em: 5 set 2011.

“The Trial Chamber held *that rape*, which is defined as ‘a physical invasion of a sexual nature committed on a person under circumstances which are coercive’, *and sexual assault constitute acts of genocide insofar as they were committed with the intent to destroy, in whole or in part, a targeted group, as such*. It found that *sexual assault formed an integral part of the process of destroying the Tutsi ethnic group and that the rape was systematic and had been perpetrated against Tutsi women only, manifesting the specific intent required for those acts to constitute genocide*” (United Nations. Report of the International Criminal Tribunal for Rwanda to the General Assembly, A/54/315, 1999, ¶ 16, ênfases minhas)¹⁰.

Além disso, é importante destacar a peculiaridade de um estupro utilizado como arma de guerra. Neste caso, o estupro não é apenas um subproduto da guerra ou uma consequência, ele é um objetivo primário e intencional, constituído como parte crucial da política de marginalização e exclusão das mulheres Tutsis.

A propaganda e os discursos proferidos enfatizavam as mulheres Tutsis como *femmes fatales* ou agentes de sedução do inimigo, fazendo com que estas fossem o principal alvo das violências sexuais (Malkki, 1995, p. 82; Taylor, 1999, p. 171). A opção por este tipo de violência não se dá de forma aleatória, mas está fortemente imbricada na construção social do gênero e na mítico-narrativa construída (Malkki, 1995, p. 94). Assim, a imagem das mulheres do grupo Tutsi foi construída, por meio da prática social, como superiores, mais belas e inatingíveis, fazendo com que, na época do genocídio, estas sofressem com a prática da violência sexual.

A escolha de Ruanda se deve à singularidade do caso face à quantidade total de vítimas, à quantidade de vítimas de violência sexual, à velocidade das violações e à eficácia do discurso, que mobilizou toda a população no ideário do genocídio, permitindo que as execuções fossem corpo-a-corpo, com o uso de machetes.

O envolvimento pessoal – considerando as igrejas, escolas, o âmbito familiar – movimentava as massas comprometidas com projeto *genocidaire*, amparadas pelo aparato estatal, que patrocinava milícias¹¹ e as incitava, por meio da mídia, a cometer estupros e assassinatos¹². Portanto, buscaremos investigar a interconexão entre o

¹⁰ Disponível em <<http://www.un.org/ga/54/doc/tcir.pdf>> Acesso em: 13 ago 2010.

¹¹ Dentre as principais, destaca-se a *Interahamwe* e a *Impuzamugambi*.

¹² Cabe ressaltar que a gama dos atores envolvidos nesta análise corresponde a diferentes tipos de agência; assim, Hutus, Tutsis e o Estado ruandês se diferenciam enquanto agentes que moldam e são moldados no processo de formação das identidades sociais.

corpo político e a política do corpo, possibilitando uma discussão da construção da identidade nacional baseada no gênero e inscrita no corpo físico do indivíduo.

1.2

Pergunta de partida e hipótese

A dissertação tem como ponto central a preocupação em analisar a relação entre o corpo político do Estado e o controle do corpo dos indivíduos. Desse modo, propomo-nos a clarificar o vínculo entre política e corpo, por meio da análise da violência sexual contra as mulheres do grupo Tutsi no genocídio ruandês de 94.

Buscaremos demonstrar que as diversas identidades são combinadas e construídas social e culturalmente de modo a estabelecer uma interseção que delinea o perfil do grupo-alvo, informando os tipos de violência a serem perpetrados. A violência sexual contra as mulheres do grupo Tutsi se torna legítima justamente pelo fato de esta categorização ter sido construída no imaginário social como um grupo que oferece ameaça e, portanto, deve ser erradicado.

Assim, busca-se evidenciar como o corpo político do Estado delinea a construção de uma comunidade pura e homogênea a partir de práticas de *statecraft* que tem a violência sexual como forma instrumental de ação. Através dela, atingi-se o grupo-inimigo como um todo e, dessa forma, o corpo dos indivíduos se torna um espaço de intervenção estatal, capaz de exemplificar e publicizar para os demais membros da comunidade política a natureza do projeto estatal. Portanto, o problema de pesquisa elucida a necessidade de analisar como ocorre a produção do Outro como objeto que demanda intervenção, a partir da narrativa genderizada do conflito, permitindo a adoção de padrões de violência de forma a erradicá-lo.

Portanto, a pergunta que norteará a pesquisa é: *De que maneira a categorização da diferença inscrita no corpo e baseada na construção social de gênero fomenta a adoção das práticas de violência sexual contra as mulheres Tutsis em nome de uma política de Estado no genocídio ruandês de 94?*

A partir da análise do estudo de caso a ser desenvolvido, o argumento que ora se avança indica que *a formação da identidade – da qual a dimensão de gênero é parte constitutiva – se dá de modo performático e por meio de tipos de violência específicos, particularmente no caso ruandês, que permitem a transformação do corpo da mulher em um espaço de intervenção estatal.*

Entretanto, fazem-se necessárias algumas considerações adicionais para complementar e delinear os argumentos em torno desta problemática. Nota-se que *as violações contra as mulheres foram fomentadas e patrocinadas pelo Estado ruandês com o intuito de controlar e erradicar o grupo-alvo construído no imaginário social como inimigo.*

1.3

Justificativa Teórica

As mudanças ocorridas no Sistema Internacional (SI), principalmente ao final dos anos 80, permitiram uma abertura epistemológica na disciplina de Relações Internacionais (RI) com a incorporação de novas lentes e temas. A abordagem tradicional do *mainstream*¹³ baseada na maximização de poder e em uma política de auto-ajuda começa a não ser suficiente para explicar e analisar o novo panorama internacional permeado pela eclosão de conflitos identitários, apontando para a necessidade de novas perspectivas e conceitos que dessem conta destas transformações. Além disso, inovações ontológicas, epistemológicas e metodológicas são incorporadas na análise e na produção de conhecimento da área. É no contexto do movimento pós-positivista que as abordagens feministas trazem contribuições únicas e significantes para a disciplina, problematizando as construções sociais de gênero e sua influência na política internacional.

A inovação das perspectivas de gênero está justamente na abordagem multidimensional de segurança que avançam, ou seja, elas levam em consideração não só a segurança nacional associada ao Estado, mas as diversas instâncias em que se pode sentir insegurança, como a econômica, ambiental, doméstica. Portanto,

¹³ Termo utilizado para denominar as correntes tradicionais da Teoria de Relações Internacionais.

qualquer tipo de violência que ameace a qualidade de vida dos indivíduos ou excluídos é considerada, pelas feministas, uma questão de segurança, incluindo a violência produzida por relações de dominação e subordinação baseadas no gênero (Tickner, 1992, p. 58). Segundo Tickner (1995), as múltiplas inseguranças pelas quais as mulheres passam ajudam a conceituar uma definição de segurança “*people-centered*”, que transcende as barreiras estatais e regionais. Assim, ela questiona a identificação de segurança com as fronteiras estatais, apresentando uma visão mais complexa, multinível e multidimensional (Tickner, 1995, p. 192). Nesse sentido, as perspectivas feministas assumem que a violência, seja ela internacional, nacional ou doméstica estão interligadas.

Além disso, pautadas na crítica pós-moderna/pós-estruturalista, as feministas denunciam as oposições binárias e ressaltam que estes dualismos são frutos de discursos construídos socialmente. Nesse âmbito, questionam toda e qualquer assertiva tomada como dada ou natural, ressaltando o contexto historicamente contingente das práticas sociais (Peterson, 1992a, p. 203). Essas diferentes realidades e preocupações normativas acabam fazendo com que as feministas adotem diferentes epistemologias e metodologias para demonstrar como as relações sociais são informadas por expectativas e pressupostos de gênero. Cabe destacar aqui a heterogeneidade da literatura feminista, reconhecendo que estas apresentam múltiplas abordagens e não são uníssonas, apresentando elementos de diversas tradições disciplinares e paradigmas. Reconhecidas as diversidades, ressaltamos o comprometimento destas com a incorporação das lentes de gênero na análise das relações sociais.

Outra preocupação presente na agenda feminista gira em torno da questão da identidade. Enquanto as abordagens tradicionais têm dificuldade em reconhecer a identidade como algo importante nas relações internacionais, as teorias feministas, tidas como *outsiders*, têm a identidade como o ponto de partida de suas argumentações teóricas. As ignorar por completo o tema ou privilegiar certas identidades como fixas e/ou naturais, os teóricos do *mainstream* apresentam soluções inadequadas ou não reconhecem a mobilidade e contingência das identidades. Um exemplo disso seria a solução imposta ao conflito nos Bálcãs, pois enquanto muitos

entenderam que seria natural que bósnios muçulmanos vissem sérvios e croatas como inimigos, não se observou que as mulheres bósnias acabaram por se identificar com as mulheres croatas e sérvias por terem sido vítimas de violência sexual (Zalewski; Enloe, 1995, p. 283). Assim, necessário se faz entender que a identidade não é fixa e/ou natural e não é só baseada em etnia, raça ou religião, mas em múltiplos e sobrepostos tipos de identidade, pois este é um conceito complexo e variável.

“The identity that will often determine one’s fate is not dictated by the person whose life is being channeled. Instead, identity is being fashioned – and constructed – by others, others who have a stake in making up certain social categories and in trying to make people conform to them. But it is a mistake to imagine that people are mere puppets, passive marionettes whose identity strings are being pulled by omnipotent others. Rather, we need to think of identity politics as a process in which both the person seeking to answer ‘who I am?’ and others who want to influence the answer are pushing and pulling each other, though often with unequal resources” (Zalewski; Enloe, 1995, p. 282).

Esta contribuição, vale destacar, foi fundamental para analisar o uso de práticas predatórias em conflitos violentos, reconhecendo a interseccionalidade e como esta informa os diferentes tipos de violência cometidos contra homens e mulheres. Nesta esteira, destacaremos que, em Ruanda, as expectativas de comportamento associados à mulher Tutsi eram diferentes daquelas associadas à mulher Hutu e que a situação de insegurança vivida por uma mulher Tutsi era distinta daquela vivida por homens Tutsis.

Nesse sentido, o tema ganha relevância uma vez que conjuga o compromisso em denunciar a violência sofrida pelas mulheres e, ao mesmo tempo, reconhece que este tipo de violência não é fruto apenas da condição do sujeito mulher dissociado de seu contexto, mas da interação entre a construção social de gênero e a performatividade na formação da identidade do grupo-alvo classificado como inimigo.

Uma vez que dentro das fronteiras do Estado se presume uma homogeneidade cultural, o processo de formação da identidade requer a eliminação dos dissidentes por meio de práticas de assimilação, homogeneização ou exclusão. A partir dessa rearticulação do Outro como uma alteridade radical inassimilável ao Eu, diferentes práticas predatórias são utilizadas como parte do plano político de construção de uma comunidade pura e homogênea (Rae, 2002). É nesse contexto que o presente trabalho

se propõe a analisar como as identidades genderizadas são parte constitutiva da produção do Outro ou, em outros termos, de uma política de alteridade absoluta, permitindo a adoção de práticas violentas de eliminação com o apoio do aparato burocrático do Estado no genocídio ruandês de 94.

Com isso, avançamos o argumento de que analisar o genocídio ruandês de 94 hoje, por meio de novas abordagens que consideram os silêncios e os entreditos, é mais que academicamente relevante; é eticamente necessário. Assim, buscaremos investigar a negociação entre o corpo político e o corpo individual que guarda a memória dita, entredita e silenciada, reconhecendo os limites de representação desta relação com o intuito de pensar a reconstrução da comunidade política ruandesa para além da violência.

Portanto, a presente pesquisa busca elucidar a importância de considerar como as relações sociais são informadas por construções de gênero, demonstrando que estas influenciam o imaginário (g)local de forma a permitir a criação de uma comunidade homogênea, baseada em tipos específicos de violência contra a diferença.

1.4

Metodologia

Como já evidenciado na justificativa teórica, as abordagens tradicionais de Relações Internacionais não oferecem um instrumental epistemológico e metodológico adequado para analisar a formação de identidades genderizadas e racializadas. Por conseguinte, não é possível balizar nossas análises em um modelo mecanicista e determinista, que objetiva estabelecer leis gerais. Não se pode ter acesso à realidade de forma objetiva; há que se considerar os regimes de verdade e relações de poder que permeiam o caso em análise e nossa interação com o objeto estudado. Nessa esteira, faremos a opção por uma abordagem interpretivista, que considera a co-constituição dos discursos na realidade social e a subjetividade, ressaltando o caráter situacional, performativo e contingente do contexto a ser analisado. Desse modo, buscaremos avaliar como as construções sociais acerca da identidade do grupo-alvo são combinadas aos pressupostos e expectativas de gênero,

influenciando e moldando a realidade de forma a permitir que os perpetradores cometam práticas de violência sexual.

Necessário se faz ressaltar que não se pretende buscar uma relação objetiva da realidade, visto que esta está sempre permeada pelos regimes de verdade produzidos por meios de discursos. E ainda, não há qualquer pretensão de estabelecer leis gerais de comportamento, nem garantir nenhum tipo de previsão por meio desta análise, reconhecendo que esta pesquisa não está isenta de valores e interesses e qualquer recorte carrega consigo estes significados. Como destacam Bennett e George, há sempre um '*bias*' das interpretações e do contexto do qual se retiram os documentos a serem analisados. Nesse sentido, as narrativas, documentos e entrevistas são sempre feitos por alguém, direcionados a determinado público e possuem um objetivo, respondendo a determinado ambiente político e histórico (2005, p. 99).

Na realização da pesquisa, foram examinados os diversos relatórios existentes emitidos pelas organizações internacionais, decisões das cortes internacionais e nacionais, análises etnográficas, além das diversas referências acadêmicas. Nesse sentido, foram analisados os relatórios das principais organizações internacionais como Anistia Internacional, Human Rights Watch, as agências da ONU responsáveis por relatar as violências sexuais cometidas contra as mulheres; os casos levados ao Tribunal Penal Internacional para Ruanda; os casos levados a julgamento pela Gacaca¹⁴. Além disso, cabe ressaltar que a literatura acadêmica também foi incorporada, não só com a contribuição de análises etnográficas de especialistas no estudo de caso destacado, bem como referências que auxiliaram o embasamento dos argumentos desenvolvidos na dissertação.

Cabe destacar a utilização do testemunho de vítimas e perpetradores como fonte importante para conduzir as análises do tema tratado. Baseamo-nos em testemunhos concedidos e investigações de campo fornecidas por relatórios de agências internacionais, bem como na experiência de campo conduzida durante o período de julho – agosto de 2011 em Ruanda com o apoio da Comissão Nacional de Luta Contra o genocídio (CNLG). Foram realizadas entrevistas com cinco vítimas – 3

¹⁴ Tribunal tradicional da cultura ruandesa criado para lidar com os acusados de crimes durante o genocídio.

conduzidas na Ineza e 2 na AVEGA (Association des Veuves du Genocide Agahozo), em Kigali, ambas organizações de apoio às mulheres vítimas do genocídio – e 4 perpetradores na prisão Mpanga, localizada no sul do país, em Nyanza. No entanto, apenas as mulheres da Ineza consentiram verbalmente com o uso das entrevistas para a pesquisa. Um questionário com seis perguntas direcionou o rumo das entrevistas, entretanto, em geral, a opção era pela não interferência nas histórias narradas, primando pela livre expressão dos entrevistados acerca de suas experiências. Com relação aos depoimentos dos perpetradores, não foi autorizada a reprodução de seus testemunhos pelos próprios ou pelo diretor da prisão, no entanto, consentiram verbalmente com o uso das informações e percepções nas análises da pesquisa.

Cumprе enfatizar que apesar do número incipiente de entrevistas realizadas e do curto período de tempo para se levantar dados na investigação de campo, as entrevistas foram de grande relevância para a pesquisa realizada, contribuindo para testar a hipótese aqui defendida.

1.5

Estrutura dos capítulos

Além desta introdução, a dissertação é composta por quatro capítulos. O próximo capítulo fornecerá o arcabouço teórico sob o qual a pesquisa se debruça para fundamentar as análises. Nosso foco residirá nas contribuições das perspectivas pós-estruturalistas de gênero acerca da relação entre identidade, gênero e violência, enfatizando a importância da construção social de gênero e demonstrando como estes pressupostos informam as práticas predatórias utilizadas nos conflitos contemporâneos.

No terceiro capítulo, examinaremos os mitos, narrativas e simbolismos que permearam o processo de formação da identidade em Ruanda e moldaram o imaginário local, culminando em práticas violentas de exclusão da diferença. Cabe destacar que não será nosso objetivo identificar a origem do genocídio, mas verificar os efeitos dos discursos e as relações de poder que permitiram e legitimaram o uso de

práticas de homogeneização patológica (Rae, 2002) na tentativa de criação de uma comunidade pura e homogênea.

O capítulo 4 abordará como se deu, na prática, a relação entre o corpo político do Estado e a política do corpo, enfatizando o gênero como constitutivo das relações de poder e dominação na análise da violência sexual cometida contra as mulheres Tutsis. Destacaremos assim a importância do corpo físico como o locus das rearticulações identitárias no qual o Estado ruandês pautou-se para empregar práticas de eliminação da diferença. Ainda neste capítulo, consideraremos os depoimentos das vítimas e dos perpetradores na tentativa de avaliar as consequências de tais práticas predatórias para a comunidade ruandesa.

Por fim, a conclusão irá rever os principais argumentos desenvolvidos ao longo dos capítulos, buscando apresentar nossas considerações finais acerca do tema tratado, bem como algumas chaves de investigação futuras.